



## O DISCURSO DA QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL E A CAPTURA DA SUBJETIVIDADE: DESAFIOS DA RELAÇÃO TRABALHO-EDUCAÇÃO<sup>1</sup>

Maria Joseli Barreto<sup>2</sup>  
Fernando Veloso<sup>3</sup>

### RESUMO

O artigo tem como objetivo central apresentar reflexões sobre a relação trabalho-educação na sociedade contemporânea e, nesse contexto, ponderar sobre as bases históricas que fundamentam a relação entre as duas categorias. Ademais, buscamos evidenciar como o discurso da qualificação profissional tem sido estrategicamente utilizado pelo capital para capturar a subjetividade de jovens estudantes e transformá-los precocemente em jovens trabalhadores. Metodologicamente buscou-se combinar revisão bibliográfica, levantamento e análise de informações extraídas do banco de dados do Ministério do Trabalho e Emprego, levantamento de informações extraídas do Censo Escolar 2020, realização de entrevistas junto a representantes de escolas de qualificação profissional em municípios do estado de São Paulo.

**Palavras-chave:** Trabalho; Educação; Escola; Qualificação Profissional; Captura da Subjetividade.

### ABSTRACT:

This article aims to present reflections about the work-education relationship in contemporary society and, in this context, consider the historical bases that support the relationship between both categories. Furthermore, we seek to demonstrate how the discourse of professional qualification has been strategically used by capital to capture the subjectivity of young students and transform them into young workers at an early stage. As a methodology, we seek to combine bibliographic review, survey, and analysis of information extracted from the Ministry of Labor and Employment database, a survey of information obtained from the 2020 School Census and interviews with representatives of professional training schools in cities in the state of São Paulo.

**Keywords:** Work; Education; School; Professional qualification; Capture of Subjectivity.

<sup>1</sup>As reflexões apresentadas são inquietações sobre a relação trabalho-educação na sociedade contemporânea, oriundas da experiência no Ensino de Geografia e desenvolvimento de pesquisas no processo de formação acadêmica.

<sup>2</sup> Doutora em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual Paulista/Campos de Presidente Prudente/SP. Professora Substituta do Instituto Federal de Goiás - Campus Goiânia Oeste (IFG). Endereço: Rua RF17, Quinhão 1, Fazenda Santa Rita, Residencial Flórida. CEP: 74371-2019 - Goiânia-GO. E-mail: [joselibarreto5@yahoo.com.br](mailto:joselibarreto5@yahoo.com.br).

<sup>3</sup> Doutor em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual Paulista/Campos de Presidente Prudente/SP. Professor da Divisão de Educação, Cultura, Esporte e Lazer do Município de Álvares Machado-SP/EMEIF Governador Mário Covas. Endereço: Rua Geraldo Cândido Martins, 220, Álvares Machado - SP, 19160-000. E-mail: [fer\\_velozorro@yahoo.com.br](mailto:fer_velozorro@yahoo.com.br).



## INTRODUÇÃO

O texto tem como objetivo apresentar reflexões iniciais sobre a relação trabalho-educação na constituição da sociedade no Brasil contemporâneo. Nesse contexto, ponderar sobre as estratégias utilizadas pelos representantes do capital agroindustrial canavieiro para capturar a subjetividade de jovens e transformá-los em potencial trabalhadores a serem explorados nesse “novo” ambiente laboral.

Ao refletir sobre a relação trabalho e educação Saviani (2007) evidencia como as duas categorias foram historicamente introduzidas e paradoxalmente manipuladas para a construção da sociedade capitalista. Nesse aspecto, o autor explica que, na sociedade primitiva, o trabalho e a educação estavam intimamente relacionados, já que “os homens apropriavam-se coletivamente dos meios de produção e nesse processo, educavam-se e educavam as novas gerações. Nessas condições a educação identificava-se com a vida”. (SAVIANI, 2007, p 154/155).

Entretanto, as transformações estabelecidas no processo de produção suscitaram rupturas que conduziram a novas mudanças no papel do trabalho e da educação. A apropriação da terra e a divisão de classes provocaram cisões e, assim se estabeleceu uma nova relação entre trabalho e educação. Nesse cenário, o trabalho é definido como essência para a existência humana e a educação antes integrada ao processo de trabalho é subdividida, já que na antiguidade vigorava o modo de produção escravista, no qual o trabalho era realizado predominantemente pela mão de obra escrava (ENGELS, 1980; MANACORDA, 1989; SAVIANI, 2007; HUNT, LAUTZENHEISER, 2013).

Nesse processo de divisão interna da educação, constitui-se uma “para a classe proprietária, identificada como a educação dos homens livres, e outra para a classe não proprietária, identificada como a educação dos escravos e serviçais”. (SAVIANI, 2007, p, 155). A respeito da subdivisão no âmbito da Educação, Manacorda (1989) e Saviani (2007) explicam que, enquanto a educação para os homens livres estava centrada, sobretudo, em atividades intelectuais e militares, a educação para a classe não proprietária, estava inteiramente voltada para processo de trabalho.

As observações dos autores são relevantes, primeiro porque demarca o surgimento da escola e, segundo porque evidencia as bases históricas da separação entre educação e trabalho, a qual mais tarde, fundamentará o processo de segmentação socioeconômica no ambiente escolar. Ao traçar a história da relação trabalho e educação, Manacorda (1989, 2007) e



Saviani, (2007) evidenciam como os interesses das classes dominantes foram determinantes para as aproximações e rupturas entre as duas categorias. Ou seja, não é por acaso que a trajetória da educação está atrelada as características e rupturas que marcaram as mudanças dos modos de produção ao longo da existência humana.

Ao debater sobre tais rupturas, Saviani (2007) sublinha que, enquanto a passagem do modo de produção escravista para a ordem feudal suscita uma escola influenciada pela Igreja Católica, o desenvolvimento do modo de produção capitalista traz o Estado para a centralidade do novo sistema, o qual proporcionará mudanças determinantes para educação, dentre as quais, destaca-se, a difusão da idéia da escola pública, universal, gratuita e obrigatória (SAVIANI, 2007).

Nesse cenário, Saviani (2007, p. 155) evidencia que o desenvolvimento da sociedade de classes, especialmente nas formas escravista e feudal, consumou a separação entre educação e labor, viabilizado evidentemente, pelas determinações do processo de trabalho. Em outros termos compreende-se que “foi o modo de organização do processo de produção que permitiu a organização da escola como um espaço separado da produção”, que por sua vez, principiou “a divisão entre trabalho manual e trabalho intelectual”.

O desenvolvimento do modo de produção capitalista, no contexto da revolução industrial estabeleceu novas determinações na relação trabalho-educação. Por um lado, a inserção da máquina viabilizou a materialização das funções intelectuais no processo produtivo, por outro, a escola tornou-se o principal caminho para a difusão das referidas funções no âmbito social, propiciando assim, a ampliação da formação da mão de obra intelectual (MANACORDA, 1989; 2007; SAVIANI, 2007).

Mas não é somente isso. A Revolução Industrial, também induziu os principais países assumirem a tarefa de organizar sistemas nacionais de ensino, buscando difundir a escola básica, que por sua vez, contribuiria na formação geral da classe trabalhadora. Em outros termos, à Revolução Industrial contribuiu para a Revolução Educacional. Enquanto a primeira introduziu máquina no cerne do processo produtivo, a segunda trouxe a escola para a centralidade da educação, com a finalidade de impor suas próprias estruturas organizacionais. (MANACORDA, 1989; 2007; SAVIANI, 2007).

Nesse sentido, Saviani (2007) pondera que;

A universalização da escola primária promoveu a socialização dos indivíduos nas formas de convivência próprias da sociedade moderna. Familiarizando-os com os códigos formais, capacitou-os a integrar o processo produtivo. A introdução da maquinaria eliminou a exigência de qualificação específica, mas impôs um patamar mínimo de qualificação



geral, equacionado no currículo da escola elementar. Preenchido esse requisito, os trabalhadores estavam em condições de conviver com as máquinas, operando-as sem maiores dificuldades. (SAVIANI, 2007, p. 159)

Foi nesse nível histórico-metodológico que se produziu a separação entre a escola para os detentores dos meios de produção e a escola para a classe trabalhadora. Enquanto a primeira é caracterizada por proporcionar o conhecimento teórico, a segunda se volta para o conhecimento “prático e profissional”. Essa caracterização evidencia, na realidade, uma disputa entre, a escola do ler e a escola do fazer, isto é, a escola da teoria e a escola da prática (MANACORDA, 2007).

Dessa forma, apreende-se que, no processo de desenvolvimento do modo capitalista de produção, a relação trabalho-educação foi historicamente reformulada e manipulada para beneficiar a classe dominante, e, conseqüentemente subjugar a classe trabalhadora. (MANACORDA, 1989; SAVIANI, 2007).

Nesse caso, compreende-se que, a extensão da divisão de classe para a educação e o ambiente escolar na sociedade contemporânea é a concretização desse processo, nos quais os herdeiros dos meios de produção frequentam as escolas privadas e os herdeiros da classe trabalhadora recorrem às escolas públicas, historicamente estruturadas para formar a mão de obra. Ou seja, nos domínios da sociedade capitalista, a primeira foi organizada para formar a classe dominante e a segunda foi constituída para formar a classe trabalhadora (MANACORDA, 1989; SAVIANI, 2007, SOUZA, 2018).

As ponderações dos autores são relevantes e abrem um leque de questionamentos e inquietações frente aos direcionamentos da Educação no Brasil contemporâneo, conjuntamente demarcados pela expansão do neoliberalismo. Que na prática é mais uma face do modo capitalista de produção, que em essência busca o desmonte do Estado, sobretudo, de sua esfera social, que abrange saúde, educação, relações de trabalho etc. (PAULANI, 2006; SOUZA, 2018).

Ao precarizar a educação pública, restringe-se as possibilidades dos filhos da classe trabalhadora alçar vôos mais altos, para além do “chão da fábrica”. Diante das dificuldades e da falta de oportunidade, tendencialmente muitos desistem dos estudos e se rendem, ingressam precocemente no mercado de trabalho, na grande maioria das vezes, de forma precária. Isto é, mal remunerados, com jornadas extenuantes, sem acesso aos direitos trabalhistas etc. (SAVIANI, 2007, POCHMANN, 2013; SOUZA, 2018).



Ademais, é importante observar que no contexto dessas mudanças, nota-se uma gama de ações que perpassa desde o amplo processo de precarização da formação e do trabalho docente até a destruição física das estruturas educacionais. Não é por acaso que, cada vez mais, o discurso do emprego, se faz presente na sociedade e no próprio o ambiente escolar, como evidencia a figura 1.

**Figura 1:** Escola Técnica Estadual - Município de Serrana/SP



**Fonte:** Trabalho de Campo, 2015/2016.

A fotografia produzida na Escola Técnica Estadual (ETEC), do Município de Serrana, situada no estado de São Paulo, pode ser apresentada como um exemplo dessa realidade. Primeiro, porque pode representar a materialização dessa escola, pensada e estruturada para educar e aperfeiçoar os filhos da classe dominada, e conseqüentemente transformá-los em mão de obra para atender as necessidades do capital. Segundo, porque também pode representar a materialização do discurso do emprego no ambiente escolar.

Nesse viés, é relevante destacar que, apesar do histórico processo de manipulação imposto pela classe dominante na relação trabalho-educação, compreende-se que a escola (pública) não pode ser vista apenas como centro de formação de mão de obra para os detentores dos meios de produção. Na realidade essa escola também precisa ser vista e compreendida como centro de transformação, em busca de uma sociedade mais crítica e consciente (SAVIANI, 2008).

Em termos de procedimentos metodológicos, combinamos revisão bibliográfica, levantamento e análise de informações extraídas do banco de dados do Ministério do Trabalho



e Emprego e realização de entrevistas junto a representantes de Escolas de qualificação profissional em municípios do estado de São Paulo.

### **A captura da subjetividade no mundo do trabalho**

Diferentes autores têm apresentado reflexões sobre o processo e as implicações da captura da subjetividade no mundo do trabalho (NARDI, 2006; RAMMINGER, NARDI, 2008; ALVES, 2011).

Ramminger, Nardi, (2008, p. 40) explicam que a subjetividade é um conceito basilar para a psicologia social porque possibilita pensar os fundamentos da “indissociabilidade entre individual e coletivo, interior e exterior, dentro e fora, indivíduo e sociedade, rompendo com as dicotomias que tradicionalmente marcaram essa disciplina”. Ao ampliar suas considerações sobre o tema, os autores argumentam que pensar as relações entre subjetividade e trabalho é importante, não apenas para compreender as formas de assujeitamento do trabalhador, mas também às transgressões e o desenvolvimento de novas estratégias para resistir as suas normas, quem sabe transformando-as.

Nesse contexto, os autores diferenciam o modo e o processo de subjetivação, destacando que “o modo de subjetivação diz respeito à forma predominante dessa relação, ao passo que o processo de subjetivação é a maneira particular como cada um estabelece essa relação em sua vida” (RAMMINGER, NARDI, 2008, p. 342).

Ou seja, os modos de subjetivação de uma categoria de trabalhadores referem-se à forma de como os trabalhadores enfrentam as configurações na organização do processo de trabalho (o cumprimento das metas, a ideia de vestir a camisa da empresa, a necessidade da capacitação profissional, os discursos da qualidade e da eficiência, o trabalho em equipe), cumprindo uma rotina demarcada pelo cumprimento de regras que paradoxalmente permitem seu reconhecimento enquanto trabalhador. Já o processo de subjetivação seria como cada trabalhador vivência, individualmente essa relação em sua rotina e trajetória laboral.

Ao refletir sobre o tema, Alves (2011) sublinha que;

[...] a ideia da “captura” da subjetividade implica, por um lado, a constituição de um “processo de subjetivação” que articula a instância da produção e instância da reprodução social, e por outro lado, o processo de expropriação e apropriação da complexa riqueza da subjetividade humana, que surge nas condições históricas do processo civilizatório tardio, o qual exige um aprimorado mecanismo de manipulação social (ALVES, 2011, p. 118).



Assim, compreende-se que, independente da categoria trabalho, a “captura” da subjetividade é um processo paradoxal que articula mecanismos de coerção e consentimento atrelados a múltiplas formas de manipulação, seja no ambiente de trabalho ou em instâncias socio-reprodutivas, como, por exemplo, nas escolas, que se constituem entre os principais pilares da formação social (NARDI, 2006; ALVES, 2007; 2011; (JUNQUEIRA, 2015; LIZARAZO, 2018).

Desse modo, observamos que, as estratégias utilizadas pelos representantes do capital para capturar a subjetividade de jovens estudantes e transformá-los precocemente em jovens trabalhadores são inúmeras, e permeiam desde o discurso do emprego amplamente reproduzido pela sociedade em geral até a distribuição de material escolar, perpassando por doações de subprodutos e organização de visitas com objetivo de apresentar a unidade fabril e o processo produtivo (BARRETO, 2018; LIZARAZO, 2018).

Apesar da prática se repetir em diversos setores da economia, sobretudo nos domínios do setor agroexportador, voltados à produção de *commodities*, nossas observações se concentraram no âmbito do capital agroindustrial canavieiro, o qual se faz presente em grande parte das terras agricultáveis do país, sobretudo, no estado de São Paulo.

### **As determinações para a Educação Profissional no Brasil e a consolidação da reestruturação produtiva do capital**

As determinações para a educação e a qualificação profissional do trabalhador no Brasil, se constituem em uma demanda criada pela lógica estrutural do capital, com vistas a sustentar o processo de acumulação.

O histórico processo de mudança inserido na base técnica da produção, a partir do processo de reestruturação produtiva, acarretou, por um lado, a necessidade de formar um “novo” perfil de trabalhador para o novo mercado de trabalho e, por outro, ampliou o número de trabalhadores desempregados. Em um cenário marcado pela crise e pelo desemprego que é estrutural para o desenvolvimento do sistema capitalista de produção, o discurso da qualificação profissional é manipulado como um mecanismo para alimentar o exército de reserva, que por sua vez, é manipulado como instrumento de controle no ambiente de trabalho (ANTUNES, 1999; ALVES, 2007; MARX, 2013, BARRETO, 2018; LIZARAZO, 2018).

Desse modo, os ideais de empregabilidade, atrelados aos objetivos da qualificação e requalificação profissional do trabalhador, historicamente defendidos no Brasil desde as primeiras décadas do século XX, e intensificados a partir dos anos 1980, nada mais são que



uma demanda do capital, para sustentar e acelerar o processo de acumulação (JUNQUEIRA, 2015; RIBEIRO, SANTOS, SOBRAL, 2019).

Apesar da criação da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica no Brasil, no ano de 1909, no governo do presidente Nilo Peçanha, ser um marco histórico desse processo no Brasil, outros projetos foram instituídos, dentre os quais se destaca o Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador – PLANFOR, PRONATEC, Via Rápida, etc.

O PLANFOR foi criado no ano de 1995, com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, e sob a direção do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, que tinha como objetivo qualificar ou requalificar trabalhadores desempregados e de baixa escolaridade que estavam fora do mercado formal de trabalho. Isto é, trabalhadores afetados pelos processos de reestruturação produtiva do capital (CARVALHAL, 2004; BATISTA, 2009).

Esse projeto foi um marco histórico para a educação profissional no Brasil, sobretudo, pela participação dos sindicatos. Todavia, para além dos ideais de “política pública de qualificação para atender os trabalhadores mais empobrecidos, com baixa escolaridade e sob risco social, o projeto também buscou satisfazer as necessidades do capital, no contexto de reestruturação produtiva, ao incorporar nesse novo ao mercado de trabalho, um novo perfil de trabalhador “qualificado”, no sentido da polivalência e da multifuncionalidade. O estabelecimento da relação entre educação e emprego fortaleceu o discurso da qualificação profissional como elementar para a garantia de acesso ao mercado de trabalho, além de ser utilizado como instrumento para minar as resistências dos trabalhadores, frente às múltiplas formas de exploração e controle no processo de trabalho, com vistas a ampliar a subordinação e, assim, retroalimentar o exército de reserva (CARVALHAL, 2004; BATISTA, 2009).

Amparados na ideologia da empregabilidade e nos desígnios de que o desemprego é consequência da baixa escolaridade e falta de qualificação profissional do segmento mais vulnerável da população (os trabalhadores mais empobrecidos), o Estado e os capitalistas buscaram responsabilizar o trabalhador pela sua inserção ou exclusão do mercado de trabalho, a fim de, a partir de então, cobrar a qualificação e/ou a requalificação para esse novo mercado de trabalho. O processo em curso desconsiderou (e ainda desconsidera) todos os fatores e determinações estruturais que afastam os jovens brasileiros da escola e elevam os níveis de desemprego, no âmbito da reprodução capitalista (CARVALHAL, 2004; BATISTA, 2009).

Ao fixar exigências em torno da capacitação profissional, seja dos trabalhadores excluídos do mercado formal de trabalho pelo processo de reestruturação produtiva, seja dos trabalhadores jovens que ainda não adentraram a esse mercado, o capital está retroalimentando seu exército de reserva, que, paralelamente, é usado como instrumento de





controle no processo de produção e trabalho. No contexto de reprodução e acumulação do capital, o exército de reserva, constantemente abastecido pelo desenvolvimento das forças produtivas do capital, é empregado e manipulado como instrumento contra o próprio trabalhador. Isto é, “[...] a acumulação do capital produzida pela população trabalhadora produz, em volume crescente, os meios (as técnicas) que a tornam relativamente supranumerária.” (MARX, 2013, p. 706).

Com a reestruturação produtiva, o capital aumentou os níveis de trabalhadores desempregados e, a partir da ideologia da capacitação, da qualificação profissional, tem retroalimentado o exército de reserva, o qual, em consonância com a implantação da cultura do medo, em especial do desemprego, no ambiente de trabalho, manipula e instaura formas de organização e controle que remetem à degradação e à superexploração do trabalho, como denominou (MARINI, 2000).

Nesse sentido, Marx (2013) sublinha que, no modo de produção capitalista, as transformações na composição orgânica do capital, ocasionadas pelo desenvolvimento da força de produção e trabalho, significam o princípio para a formação do exército de reserva, já que o avanço da acumulação modifica a proporção entre as partes constante e variável do capital, isto é, amplia-se o número de máquinas e equipamentos tecnológicos no processo de produção, em detrimento da contratação de trabalhadores.

Logo, o autor sublinha que, considerando o capital social, o movimento da acumulação tende a causar alterações freqüentes que levam o capital a crescer continuamente sobre sua base técnica e, ao mesmo tempo, atrair força de trabalho suplementar, de acordo com suas necessidades e em proporção ao seu crescimento. Esse contínuo processo de mudança na composição orgânica do capital, componentes do capital constante x capital variável, é que proporciona as alterações do número de trabalhadores ocupados, provocando “[...] a flutuação e a produção transitória de uma superpopulação relativa.” (MARX, 2013, p. 706). Quer dizer, o desenvolvimento técnico das forças produtivas, as reestruturações inclusas no processo de acumulação apresentam, entre tantas outras consequências, a ampliação e a flutuação no número de trabalhadores desempregados, alguns com possibilidades de retorno (para o mercado formal de trabalho), enquanto outros são automaticamente excluídos.

Nesse cenário se desenvolvem as ideologias em torno da educação, da qualificação profissional e da empregabilidade em todos os setores da economia, especialmente no âmbito da produção de *commodities*, como por exemplo, o capital agroindustrial canavieiro. Os processos estruturais da reestruturação produtiva do capital, a inserção de novas tecnologias na produção e o processamento da cana-de-açúcar, as máquinas, a informatização, a



microeletrônica, a biotecnologia, estrategicamente implementadas com vistas a acelerar o processo de reprodução e acumulação, passam a exigir um novo perfil de trabalhador, ao mesmo tempo em que as novas formas de organização e controle (produção enxuta, produção *just-in-time*, utilização do *kan-ban*, novas formas de pagamento, remuneração flexível, terceirização, programas de gerenciamento pela qualidade total) transformaram o processo de produção e, conseqüentemente, a rotina laboral do trabalhador. Ao proporcionar mudanças no ambiente de trabalho, o processo em curso selecionou trabalhadores e instituiu maiores cobranças para qualificação profissional, a fim de atender a esse “novo” mercado de trabalho (ANTUNES, 1999; ALVES, 2007; MARQUES, 2012).

Nesse contexto, destaca-se a ideologia da empregabilidade, um conceito de grande expressão na lógica do *toyotismo*, em torno das políticas de formação profissional, que, por sua vez, tem-se tornado um senso-comum no campo ideológico do capitalismo global. A empregabilidade é incorporada como referência norteadora para o trabalhador que busca a qualificação profissional, do mesmo modo que é referência para a os programas de formação profissional e, inclusive, para políticas educacionais (ANTUNES 1999; ALVES, 2007, 2014).

Contudo, os autores assinalam que, se, por um lado, os capitalistas proclamam o discurso em torno das exigências das “novas qualificações” para o mundo do trabalho, por outro, tendem a ocultar que a estrutura-organizacional está atrelada à lógica da “produção enxuta”, uma dinâmica social de exclusão que direciona para o desemprego, o que contradiz a lógica da empregabilidade (ANTUNES 1999; ALVES, 2007, 2014).

Nessa perspectiva, ressalta-se que o conceito (empregabilidade) revela com clareza as “[...] contradições da mundialização do capital, um sistema cuja base estrutural é a lógica da financeirização e da ‘produção enxuta’, as quais são integralmente avessas às políticas de pleno emprego, sendo na realidade geradoras de desemprego e exclusão social.” (ALVES, 2007, p. 251). Não é por acaso que, no contexto de mundialização do capital, os agenciadores do sistema propaguem a ideologia da empregabilidade como sustentáculo de suas políticas de formação profissional. No discurso neoliberal, a empregabilidade e os cursos de qualificação profissional são ideologicamente “vendidos” como pré-requisito para superar a crise do desemprego (ANTUNES, 1999; ALVES, 2007, 2014).

Em face dessa realidade, marcada pelo desemprego e pelas ideologias em torno da qualificação profissional e empregabilidade, verifica-se que a lógica da reestruturação produtiva do capital tem restabelecido ideais em torno do nexos psicofísico do trabalho profissional qualificado. Ou seja, na atual conjuntura, não basta o trabalhador ter o conhecimento da função, do processo de trabalho, da prática, ou dominar o saber/fazer: é



preciso ter “[...] comprometimento; capacidade de argumentação; responsabilidade; competência para trabalho em equipe; autonomia, polivalência etc.” (ALVES, 2007, p. 248).

Nos domínios do agronegócio canavieiro, não é diferente. Em meio a uma série de justificativas, argumentos e estratégias que sustentam a inserção da máquina na colheita da cana-de-açúcar, os representantes do segmento vêm, desde os anos 2000, investindo em estratégias e ações direcionadas para a capacitação e qualificação profissional, para atendê-los nesse processo de mudança, com vistas a implementar e ampliar novo modelo de produção e um novo perfil de trabalhador. O argumento é que o país agrega um elevado contingente de trabalhadores desempregados, ao mesmo tempo em que sobravam vagas no mercado de trabalho, por falta de qualificação do trabalhador (JUNQUEIRA, 2015).

Isto é, para satisfazer seus interesses particulares, sintetizados na incorporação da produção enxuta nos processos de produção e processamento da cana-de-açúcar, via mecanização e automação das principais etapas no processo de produção, o empresariado incorporou em seu discurso a necessidade da qualificação profissional do trabalhador. Embasados, na ideologia da empregabilidade, o empresariado do setor elevam a importância da capacitação e da qualificação profissional para dar segmento aos projetos em curso, que visa a substituição do homem pela máquina, no processo de plantio e colheita, que paradoxalmente, têm como primeira consequência a exclusão de trabalhadores canavieiros e, ampliação do desemprego.

A princípio, se fosse possível reproduzir (em imagem) as articulações do capital, em meio às transformações incorporadas na estrutura produtiva do agronegócio canavieiro, a partir dos depoimentos dos trabalhadores e dirigentes sindicais, seria preciso, inicialmente, trazer como pano de fundo uma conjuntura inteiramente voltada para as alterações no sistema de produção, desde a reestruturação, a reorganização na produção da matéria-prima até o processamento industrial. Nos canaviais, especificamente, vislumbraríamos a incorporação de componentes técnicos aos sistemas de colheita e plantio da cana-de-açúcar e, por trás das colhedoras, todas as transformações subjacentes ao processo de produção e trabalho (redimensionamento dos talhões, alterações no relevo, eliminação de árvores e acréscimos no consumo de agroquímicos), ao lado da inclusão de novas formas de organização e controle do processo de produção e trabalho.

Entre a massa de trabalhadores e trabalhadoras que atuavam, tanto no corte da cana-de-açúcar como nas funções complementares, enxergaríamos primeiramente os mais jovens sendo assediados para integrar-se a esse novo modelo de produção, com base em um treinamento funcional, que é ideologicamente imposto como capacitação/qualificação



profissional. Paralelamente, nesse mesmo cenário, por trás das máquinas e das “oportunidades de capacitação profissional” oferecidas aos trabalhadores mais jovens, compareceria milhares de outros trabalhadores perseguidos pelo espectro do desemprego, entre os quais se vislumbram as mulheres, os trabalhadores migrantes, e por fim, os demais trabalhadores, (homens) com baixo nível de escolaridade, com idade avançada, com a saúde comprometida em virtude dos anos dedicados ao labor nos canaviais e, ainda, os trabalhadores ligados a representações sindicais etc.

Enquanto alguns se vêem e se sentem pressionados entre as necessidades e dificuldades em alcançar a “capacitação” profissional como possível garantia de emprego, outros se enxergam automaticamente excluídos desse mercado de trabalho, como já observou Silva (2001), no início dos anos 2000, ao trazer para o debate as consequências desse processo para os milhares de trabalhadores migrantes desempregados, na região de Ribeirão Preto.

Ademais, ainda se encontram, fora desse cenário e desse mercado, trabalhadores e trabalhadoras igualmente jovens, em busca da “capacitação profissional”. Embalados pelas promessas e pelo discurso do agronegócio canavieiro em torno do emprego, grande parte dos jovens trabalhadores dos municípios canavieiros buscou e ainda busca a oportunidade do primeiro emprego, nos domínios do segmento em questão. Primeiro, por enxergar o setor como única possibilidade de emprego, principalmente nos pequenos municípios do estado; segundo pelo “fetiche da tecnologia” (operar uma máquina “moderna, “informatizada”, com valor estimado em “um milhão de reais” e equipada com “ar condicionado”); e, terceiro, o fetiche do consumo, a crença no discurso dos rendimentos salariais vantajosos, plano de saúde, *ticket* refeição etc.

Assim, é interessante notar que, nos pequenos municípios canavieiros do estado de São Paulo, o capital se apropria das fragilidades locais para se impor territorialmente. Em função do discurso do emprego, do fetiche da mercadoria, da tecnologia e do consumo, tende a dominar ideologicamente a população, os trabalhadores, especialmente os mais jovens, os quais são intensamente assediados para efetivação de cursos rápidos de capacitação, tendo em vista alguma oportunidade imediata de emprego.

Nessa perspectiva, vale ponderar que o fetiche é “[...] o objeto estranhado, que oculta (e inverte) suas determinações essenciais.” (ALVES, 2007 p. 21). Trata-se de mais uma forma de manifestação consciente do capital, imbuída de *ideologia* para impor controle sobre o trabalhador. Para o autor, no âmbito do capital social, existem múltiplas formas de fetiches, desde o fetiche da mercadoria, do consumo, sua forma mais simples, até o fetiche do capital,



sua forma mais densa, perpassando o fetichismo do Estado político, do dinheiro, da tecnologia e outros (ALVES, 2007).

Por isso, as transformações em curso, nos domínios da reprodução do agronegócio canavieiro, acontecem de maneira gradativa e estrategicamente pensada. Ao mesmo tempo em que o segmento começou o processo de articulação, para construir a base ideológica das mudanças nos processos de produção e trabalho, com argumentos e justificativas, as grandes empresas principiaram o processo de tecnificação da produção agrícola. Nesse bojo, ao incorporar as máquinas ao processo de plantio e colheita da cana-de-açúcar, paralelamente passaram a treinar a “nova” mão de obra para atendê-los nesse “novo” sistema de produção, já que ainda era escassa no mercado de trabalho brasileiro.

Para atender suas necessidades imediatas (contratação de operadores de colhedoras, transbordos e mecânicos agrícolas e outros), os detentores dos meios de produção, em parceria com as Prefeituras Municipais, iniciaram um processo intenso de capacitação em massa de trabalhadores, a fim de laborar nos domínios da produção canavieira.

Para satisfazer suas carências, em meio ao processo de mudança na base técnica da produção, as empresas iniciaram treinando trabalhadores do seu quadro de funcionários, para exercer funções que estavam sendo incorporadas ao processo de produção. Em paralelo, procuraram, estrategicamente, por meio das representações de classe, como a União da Indústria de Cana-de-Açúcar (UNICA), a União dos Produtores de Bioenergia (UDOP), a Organização de Plantadores de Cana da Região Centro-Sul do Brasil (ORPLANA), em parcerias com as Prefeituras e Sindicatos, Escolas de capacitação profissional e apoio estatal, desenvolver projetos em torno da capacitação de trabalhadores que seriam excluídos dos canaviais, em todo o Estado de São Paulo, para que, posteriormente, pudessem ser incorporados ao “novo” sistema de produção, isto é, retroalimentar o exército de reserva, já que “[...] a população trabalhadora excedente é um produto necessário da acumulação ou do desenvolvimento da riqueza com base capitalista.” (MARX, 2013, p. 706).

Segundo dirigentes sindicais entrevistados nas regiões de Presidente Prudente e Ribeirão Preto, as empresas começaram o processo de capacitação dos trabalhadores internamente, de acordo com suas necessidades, ao mesmo tempo em que passaram a instigar esse processo, a partir de projetos e ações voltados à capacitação de trabalhadores, vislumbrando a ampliação do exército industrial de reserva.

Dentre esses projetos, foi destacado o “RenovAção”, o qual tinha como objetivo central realizar o treinamento especializado de trabalhadores, nas seis maiores regiões canavieiras do Estado de São Paulo: Ribeirão Preto, Piracicaba, Bauru, Araçatuba, São José



do Rio Preto e Presidente Prudente.<sup>4</sup> O projeto, que capacitou cerca de 5.700 pessoas, entre os anos de 2009 e 2012, num universo de milhares de desempregados, pode ser assinalado, primeiro, como estratégia do capital para suprir suas necessidades de mão de obra, ao mesmo tempo em que objetivou uma de suas ações para ampliação do exército industrial de reserva, e, segundo, como mais um artifício para desvincular sua imagem da produção de desemprego em massa. Ou seja, uma jogada de *marketing* vendida através dos meios de comunicação, para repassar a imagem de preocupados com os trabalhadores desempregados.

Além dos projetos pontuais desenvolvidos pelas unidades agroprocessadoras de cana-de-açúcar, em parceria com Prefeituras, Sindicatos, Associações de representações de classe, os representantes do capital também foram beneficiados pelo interesse econômico de Escolas particulares, as quais passaram a investir nesse novo mercado.

Para o coordenador de escola de capacitação profissional sediada no município de Pitangueiras, a inserção das máquinas e inovações tecnológicas na produção canavieira e a inclusão dos círculos de controle de qualidade (CCQ) abriram espaço para um novo mercado de trabalho, que requer trabalhadores mais capacitados e qualificados. Diante dessa realidade, a escola que atua no mercado desde o ano de 2007, desenvolvendo cursos de capacitação profissional para atender a esse novo mercado de trabalho, continua investindo no segmento, e embora o projeto tenha começado com curso de soldagem, atualmente, o carro-chefe são os cursos voltados à operação de colhedoras.<sup>5</sup>

As ações desenvolvidas pela referida escola são semelhantes aos métodos utilizados por outros centros de formação profissional, que atuaram e ainda atuam na capacitação de trabalhadores para o setor canavieiro. Nesse processo de trabalho, as parcerias entre unidades processadoras, prefeituras e sindicatos são múltiplas e têm contribuído para a ampliação do exército industrial de reserva, para esse novo sistema de produção, no âmbito do setor canavieiro.

Nesse cenário, as Escolas Técnicas Públicas, também têm papel relevante nesse processo, já que buscam manter em seu quadro de cursos, aqueles que visam atender às necessidades do segmento em questão. Essas ações têm sido elementares para a ampliação desse exército de reserva.

---

<sup>4</sup> O projeto RenovAção surgiu de uma parceria entre a UNICA, a FERAESP (Federação dos Empregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo), a Fundação Solidariedade e algumas empresas incluídas na cadeia produtiva do agronegócio canavieiro, com o apoio do BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento). Para mais informações, ver: < <http://www.unica.com.br/projetorenovacao/>>. Acesso em: 24 mar. 2017.

<sup>5</sup> Informação verbal. A entrevista foi realizada na cidade de Pitangueiras, no dia 14 de setembro de 2016.



Dentre essas escolas, podemos citar o Centro Paula Souza, uma autarquia do Governo do Estado de São Paulo, ligada à Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação (SDECTI). A instituição está distribuída em vários municípios do Estado e tem promovido diversos cursos que podem satisfazer as expectativas desse segmento, como os cursos de Açúcar e Alcool, Agronegócio, Logística, Mecanização Agrícola, Produção de Cana-de-Açúcar, Recursos Naturais, entre outros, os quais têm sido ministrados em unidades escolares, cujo raio de ação envolve municípios canavieiros.<sup>6</sup>

Ao lado Centro Paula Souza, está o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), que, a partir da instituição da Lei 12.513, de 26 de outubro de 2011, passou a integrar o sistema federal de ensino.<sup>7</sup> Nesse cenário, o supramencionado serviço se destaca pela estrutura dos cursos e de logística para a formação da mão de obra.

De modo geral, o SENAI tem atuado tanto na formação quanto na qualificação profissional de trabalhadores, para os mais diversos setores da indústria, entre os quais o setor canavieiro. Nesse sentido, observaram que, embora as principais ações, na atual conjuntura, estejam voltadas aos projetos de Jovem Aprendiz, o centro de formação também atuou de forma ampla com o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – PRONATEC e Via Rápida, a fim de capacitar trabalhadores canavieiros que seriam desempregados frente à tecnificação e automação da produção canavieira<sup>8</sup>.

Nesse cenário, as ponderações dos coordenadores das escolas de capacitação e qualificação profissional são relevantes, pois revelam, nas entrelinhas, que os reais objetivos do empresariado, frente ao adensamento tecnológico incorporado nos processos que envolvem a produção da matéria-prima, estão alicerçados nos interesses em acelerar o processo produtivo, com vistas a ampliar, intensificar o processo de reprodução e acumulação do capital. A tecnificação nos sistemas de colheita e plantio da cana-de-açúcar permite aos capitalistas incorporar a produção enxuta ao seu processo de trabalho, a substituição do homem pela máquina, explicitando que as políticas de capacitação e requalificação

---

<sup>6</sup> Informações obtidas através de pesquisa de campo, com a realização de entrevistas junto a coordenadores e ao *site* da escola Centro Paula Souza (ETEC/FATEC) Para maiores informações, acessar: <<http://www.cps.sp.gov.br/cursos/etec/>>. Acesso em: 29 mar. 2017.

<sup>7</sup> A referida lei institui o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC); altera as Leis nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, que regula o Programa do Seguro-Desemprego, o Abono Salarial e institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), nº 8.212, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre a organização da Seguridade Social e institui Plano de Custeio, nº 10.260, de 12 de julho de 2001, que dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior, e nº 11.129, de 30 de junho de 2005, que institui o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem); e dá outras providências. Para mais detalhes, ver: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/lei/112513.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112513.htm)>. Acesso em: 29 mar. 2017.

<sup>8</sup> Informações obtidas através de pesquisa de campo, com a realização de entrevistas junto a coordenadores e ao *site*. Para maiores informações, acessar: <<http://www.viarapida.sp.gov.br/>>. Acesso em: 28 abr. 2017.



profissional não foram necessariamente pensadas e estruturadas para o trabalhador canavieiro (cortador de cana), mas para satisfazer as necessidades do próprio capital, que já desenhava o perfil de trabalhador a ser pensado nesse novo sistema de produção.

Nesse sentido, Marques e Scopinho (2012) ressaltam que, embora os representantes do governo, dos sindicatos dos trabalhadores rurais e do setor agroindustrial canavieiro terem buscado, via políticas e programas, alfabetizar, qualificar e requalificar os trabalhadores da colheita e cultivo manual da cana-de-açúcar, sob o argumento de que, elevando o nível de escolaridade, se melhorariam as condições de trabalho e as chances de reinserção na esfera produtiva, essa não é a realidade observada nas regiões canavieiras.

Em face de tais observações e desse cenário marcado pelas alterações na base técnica da produção e nas formas de organização e controle dos processos de trabalho, compreende-se que, enquanto os níveis técnicos e tecnológicos da educação profissional têm formado trabalhadores para o desenvolvimento de funções que exigem maior grau de complexidade, o nível básico (treinamento e cursos de capacitação) tem formado trabalhadores para o desenvolvimento de atividades com menor grau de complexidade (FRIGOTTO; CIAVATTA; RAMOS, 2005a; JUNQUEIRA, 2015).

Nessa perspectiva, Junqueira (2015) assinala que, no ambiente de trabalho dominado pelo agronegócio, as exigências em torno da qualificação profissional não se limitam a um determinado nível de ensino, pressupondo desde a educação básica até a pós-graduação, de acordo com as especificidades da divisão técnica e social do trabalho. Embora a expansão dos cursos técnicos, tecnológicos e superiores voltados para o agronegócio façam parte das estratégias de valorização do capital, este igualmente se apropria das formações desiguais e diferenciadas, para articular o processo de produção.

O autor assevera que tais exigências, obviamente, não estão restritas aos cursos de Ensino Superior, mas se difundem por todos os níveis de escolaridade. Isto é, para os representantes do segmento, não é interessante estruturar sua reprodução nivelando os índices de qualificação, pois são os diferentes níveis de ensino e de qualificação que lhes fornecem parâmetros para os vários níveis de funções, de salário e, sobretudo, os vários níveis de intensificação no processo de trabalho (JUNQUEIRA, 2015).

Nesse sentido, vale ressaltar que a implantação de tais cursos (treinamento/capacitação/qualificação/requalificação) tem, pelo menos, três objetivos basilares: primeiro, treinar/capacitar mão de obra, para atuar nesse novo sistema de produção, de forma a suprir suas necessidades imediatas; segundo, ampliar o exército industrial de





reserva; e, terceiro, demonstrar ao mercado consumidor, principalmente o internacional, que houve “preocupação” com a mão de obra desempregada.

No primeiro plano, a inserção da máquina no sistema de colheita alterou o sistema de produção e os processos de trabalho. Os trabalhadores que atuavam no corte manual da cana-de-açúcar (cortador de cana, apontador, fiscal, operador de motocana) foram substituídos pelos operadores de colhedoras e transbordos e, somados a estes, foram incorporados trabalhadores para atuar em atividades complementares, tais como mecânicos especializados em máquinas agrícolas, líderes, auxiliares agrícolas etc., aspectos que colaboraram para alteração do perfil e quadro de funcionários na produção canavieira.

Além dessa necessidade imediata, os referidos projetos, em segundo plano, também contribuíram para alimentar o exército industrial de reserva, com vistas a atuar nesse “novo” sistema de produção. Quer dizer, para os capitalistas, não bastava substituir o homem pela máquina, no processo de trabalho, mas era preciso transformar toda esfera produtiva. Ou seja, era (é) preciso muito mais do que trabalhadores para operar a máquina, em dois ou três turnos de trabalho: era (é) preciso um arsenal de trabalhadores qualificados e desempregados, pois a ampliação do exército industrial de reserva permite ao capital estender e intensificar as jornadas laborais, impor novas formas de organização e controle no processo de trabalho, que, por sua vez, ajudam a acelerar e ampliar o processo de produção e acumulação do capital.

Em terceiro lugar, demonstrar ao mercado consumidor, sobretudo internacional, que houve “preocupação” com a mão de obra desempregada, que os trabalhadores tiveram oportunidades de passar pela capacitação e qualificação profissional, para se manterem no mercado formal de trabalho. Nesse aspecto, o objetivo foi transparecer que quem não conseguiu permanecer no mercado formal de trabalho foram os trabalhadores que não buscaram e não investiram na capacitação profissional. O capital transfere a responsabilidade do desemprego para o indivíduo que se encontra desempregado.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

De modo geral, buscamos ao longo do texto apresentar reflexões iniciais sobre a relação trabalho-educação na constituição da sociedade no Brasil contemporâneo. O desenvolvimento das pesquisas nas regiões canavieiras do estado de São Paulo nos permitiu constatar que, por trás das alterações no processo de colheita da cana-de-açúcar existia paralelamente o projeto para mudar no perfil do trabalhador canavieiro.



Não por acaso, o segmento passou a contratar trabalhadores mais jovens, com ensino fundamental completo, aberto as novas tecnologias e flexível as mudanças estabelecidas no “novo” processo de trabalho. Diante disso, observamos que, para alcançar tais objetivos, o segmento, passou a investir, por um lado em cursos de qualificação profissional, com financiamento do Estado, e por outro, adentraram de forma direta e indireta as escolas de profissionalização e o ambiente escolar, reproduzindo o discurso do emprego, fato que evidenciam as práticas neoliberais no universo educacional.

Paralelamente a tais constatações, o desenvolvimento da prática docente em municípios canavieiros, nos mostrou, por um lado, um alto índice de abandono escolar, sobretudo nos últimos anos do ensino médio e, por outro, um profundo desinteresse dos estudantes pela escola, mediante a “garantia de emprego” no segmento em questão.

Ademais observamos que para além do atendimento as necessidades imediatas dos trabalhadores que estão vivenciando as agruras do desemprego, a implantação de cursos de capacitação, qualificação, formação técnica e tecnológica de trabalhadores têm servido, na realidade ao capital, pois permanece abastecendo o exército de reserva, e também porque tende a invisibilizar as consequências do desemprego em massa.

São muitos os questionamentos que emergem das reflexões apresentadas e do debate em torno da relação trabalho-educação, que embora não sejam respondidos nesse texto, é necessário apresentarmos para que não sejam esquecidos. Por exemplo: O interesse desses jovens pelo trabalho é maior ou mais relevante que os seus interesses pelos estudos? Ingressar precocemente no mercado de trabalho é um desejo ou uma necessidade? Qual é porta de entrada para esse mercado de trabalho? Uma vez inserido, quais são as condições laborais vivenciadas? Qual a extensão de sua jornada da jornada laboral? Se prosseguir com os estudos for um desejo, é possível conciliar (trabalho e estudo) para que este prossiga com sua formação? De fato a temática é ampla, e nos instiga a maiores aprofundamentos.

## REFERÊNCIAS

ANTUNES, R.. **Os sentidos do trabalho**: ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 1999.

ALVES, G. **Dimensões da reestruturação produtiva**: ensaios de sociologia do trabalho. 2. ed. Londrina: Práxis, 2007.

\_\_\_\_\_. **Trabalho e subjetividade**: o espírito do toyotismo na era do capitalismo manipulatório. São Paulo: Boitempo, 2011. v. 1.



\_\_\_\_\_. **Trabalho e neodesenvolvimentismo: choque de capitalismo e nova degradação do trabalho no Brasil.** Bauru: Praxis, 2014. v. 1.

BARRETO, M. J. **Novas e velhas formas de degradação do trabalho no agrohidronegócio canavieiro nas Regiões Administrativas de Presidente Prudente e Ribeirão Preto (SP).** Presidente Prudente: Tese Doutorado. Doutorado em Geografia. Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, 2018.

BATISTA, R. L. Uma análise crítica sobre as bases conceituais do PLANFOR. **Estudos do Trabalho**, v. 3, n. 4, p. 1-29, 2009.

BRASIL. **Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011.** Institui o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) e dá outras providências. Brasília, DF, 2011. Publicado no DOU de 27 out. 2011. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/lei/112513.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112513.htm)>. Acesso em: 19 abr. 2017.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Pronatec.** Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/pronatec>>. Acesso em: 29 mar. 2017.

\_\_\_\_\_. Ministério do Trabalho e Emprego. **Perfil do município.** Cadastro geral de empregados e desempregados. Disponível em: <[http://bi.mte.gov.br/bgcaged/caged\\_perfil\\_municipio/index.php](http://bi.mte.gov.br/bgcaged/caged_perfil_municipio/index.php)>. Acesso em: 23 out. 2021.

CACETE, N. H.. A formação do professor de geografia: uma questão institucional. *Boletim Goiano de Geografia*, Goiânia, v. 24, p. 23-30, 2004.

CARVALHAL, M. D. **A dimensão territorializante da qualificação profissional em São Paulo: a ação dos sindicatos.** 2004. 347 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2004.

ENGELS, Friedrich. Sobre o Papel do Trabalho na Transformação do Macaco em Homem. Disponível em: << <http://www.teotonio.org/ebooks> >>.

FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. A política de educação profissional no governo Lula: um percurso histórico controvérsido. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 26, n. 92, p. 1087-1113, out. 2005.

HUNT, E. K.; LAUTZENHEISER, M. **História do Pensamento Econômico.** Rio de Janeiro, Campus, 2013.

JUNQUEIRA, V. H. As novas exigências da reprodução da qualificação da força de trabalho para o agronegócio. **Trabalho & Educação**, v. 24, p. 221-238, 2015.

LIZARAZO, R. P. **Mobilidade Territorial do Trabalho de Jovens rurais em Territórios do agrohidronegócio de Monocultivos Flexíveis. Palma de Azeite nos Departamentos de Meta e Casanare (Colômbia) e Cana-de-Açúcar no Pontal do Paranapanema (São Paulo, Brasil).** Presidente Prudente: Tese Doutorado. Doutorado em Geografia. Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, 2018.



MANACORDA, M. A. História da educação: da Antigüidade aos nossos dias. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1989.

\_\_\_\_\_. Marx e a pedagogia moderna. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1991.

MARINI, R. M. Dialética da dependência, 1973. In: TRASPADINI, R.; STEDILE, J. P. (Org.). **Ruy Mauro Marini: vida e obra**. São Paulo: Expressão Popular, 2011. p. 131-172.

MARQUES, R. S. S. **Qualificar é preciso? Um estudo sobre a política de qualificação profissional em unidades sucroalcooleiras do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba-MG**. 2012. 139 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2012.

MARQUES, R. S. S.; SCOPINHO, R. A. Qualificação profissional dos trabalhadores rurais canavieiros: quem são os eleitos? **Estudos do Trabalho**, v. 5, n. 11, 2012.

MARX, K. **O Capital**. São Paulo: Boitempo, 2013. Livro I, capítulo VIII.

POCHMANN, M. Juventudes na transição para a sociedade pós-industrial. In: MACAMBIRA, J. (org.). **Trabalho e formação profissional: juventudes em transição**. Fortaleza: IDT, UECE, BNB, 2013.

NARDI, H.C. **Ética, trabalho e subjetividade: trajetórias de vida no contexto do capitalismo contemporâneo**. Porto Alegre: UFRGS, 2006.

PAULANI, Leda Maria. O projeto Neoliberal para a sociedade Brasileira: sua dinâmica e seus impasses. In: LIMA, J. C. F.; NEVES, L. M. W (Org.). **Fundamentos da Educação Escolar no Brasil Contemporâneo**. Rio de Janeiro: Editora da Fiocruz, 2006.

RAMMINGER, T.; NARDI, H.C. Subjectivity and work: some conceptual contributions from Michel Foucault. **Interface - Comunic., Saúde, Educ.**, v.12, n.25, p.339-46, abr./jun. 2008.

RIBEIRO, E. C. S.; SANTOS D.; SOBRAL, K. M.. Trabalho, educação e capital: percursos históricos e impedimentos para a formação omnilateral. **TRABALHO & EDUCAÇÃO** (UFMG), v. 28, p. 63-77, 2019.

SÃO PAULO (Estado). Centro Paula Souza. **Cursos oferecidos nas Etecs**. Disponível em: <<http://www.cps.sp.gov.br/cursos/etec>>. Acesso em: 23 abr. 2017.

SAVIANI, D. **Escola e democracia**. Campinas: Autores Associados, 2008.

SAVIANI, D. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Revista Brasileira de Educação**. V. 12, n. 34, p. 152-180, jan/abr. 2007.

SILVA, M. A. M. Reestruturação produtiva e os impactos sobre os migrantes. In: GIARRACA, N. (Org.). **Una nueva ruralidade en America Latina**. Buenos Aires: CLACSO, 2001. v. 1, p. 289-306.

SOUZA, A. C.. Neoliberalismo, reforma do ensino médio no Brasil e suas implicações sobre a educação geográfica. **GEOGRAFIA ENSINO & PESQUISA**, v. 22, p. 1-12, 2018.